



O TRABALHO EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Caroline Maria Leal¹

Larissa Vieira Rêgo²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a real situação do trabalho na sociedade brasileira, buscando sinalizar a alteração de uma sociabilidade histórica centrada e constituída em torno do trabalho assalariado, que desde a década de 90 vem sendo cada vez mais esfacelada e substituída por outras formas de ocupações.

Palavras-chave: trabalho, neoliberalismo, precarização.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the actual situation of labor in Brazilian society, aiming to signal the change of a historical sociability centered and built around the employment, since the 90's is being increasingly shattered and replaced by other forms of occupations.

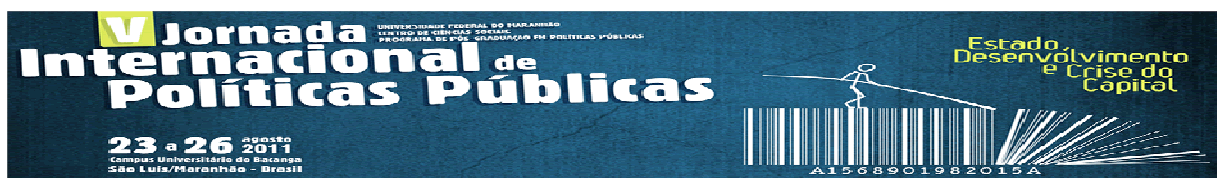
Keywords: work, neoliberalism, precarious.

1- INTRODUÇÃO

Entendendo o trabalho como elemento central da sociabilidade humana e da sociedade capitalista, faremos um passeio sobre as diferentes dimensões do trabalho no modo de produção burguês, e nos seus variados modelos de acumulação e regulação social, analisando como ele se expressa atualmente. Tendo em vista que a partir da década de 90, o Brasil adere ao ideário neoliberal, dando início a um amplo processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, investigaremos os reflexos da adesão a esse modelo econômico, no mundo do trabalho brasileiro.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Piauí (UFPI). carolzita_ml@hotmail.com

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Piauí (UFPI). larissavrego@hotmail.com



A realidade brasileira contemporânea é marcada pela crise do trabalho assalariado, pela regressão do Estado no campo dos direitos sociais, pela ausência de políticas de empregos formais e conseqüente proliferação de formas marginais de trabalho, como forma de o trabalhador assegurar a sua sobrevivência e a de sua família, sendo assim o que está em crise é o trabalho assalariado e não o trabalho como defende alguns autores, entendemos aqui, o trabalho como uma categoria necessária e insuprimível em qualquer sociedade, principalmente na sociedade capitalista.

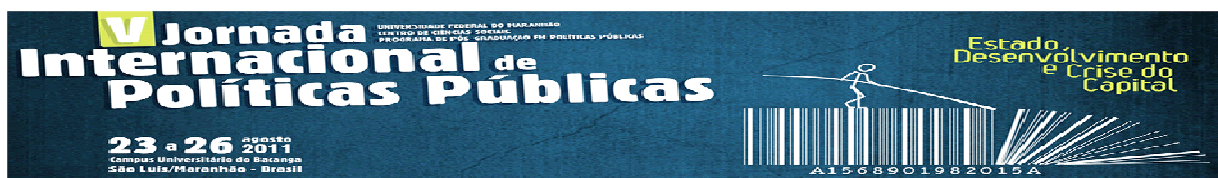
Diante da flexibilização das relações de trabalho, imposta pelo modelo neoliberal, há uma intensa fragmentação da classe operária, que acaba por dificultar a sua organização na luta pela manutenção e efetivação de seus direitos, omitindo assim a força da classe operária.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a real situação do trabalho na sociedade brasileira, buscando sinalizar a alteração de uma sociabilidade histórica centrada e constituída em torno do trabalho assalariado, que desde a década de 90 vem sendo cada vez mais esfacelada e substituída por outras formas de ocupação.

2- O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Tomamos por subsídio a significação do termo trabalho como a “aplicação das forças e atividades humanas para se alcançar determinado fim. Atividade coordenada de caráter físico ou intelectual necessária a realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento”(FERREIRA, 2001, p.79) e as contribuições de Luckás e Marx (apud ANTUNES, 202) que consideravam o trabalho como categoria originária e fundamental da sociabilidade humana, pois é ele que possibilita o salto do homem de sua forma pré-humana ao ser social. Assim, apreendemos o trabalho como categoria essencial e central na sociedade capitalista, no entanto, não podemos desconsiderar o surgimento de várias formulações de autores consagrados como André Gorz, Claus Offe, Rifkin que enunciam o “fim do trabalho” como princípio organizador da vida atual em sociedade, no contexto da crise da sociedade capitalista.

Em linhas gerais, estes autores defendem que a Revolução Tecnológica aliada com a globalização e com o esgotamento de um modelo de reestruturação e reprodução

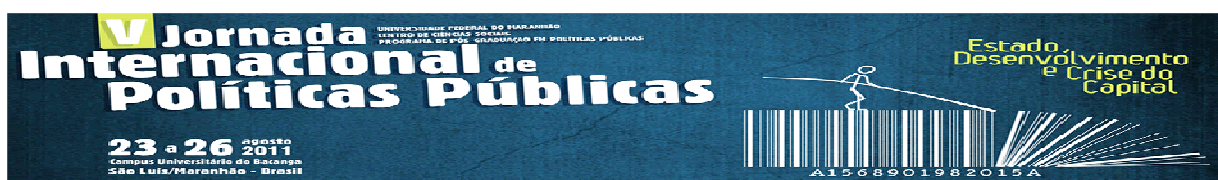


do capital, que vem se expressando cada vez mais nitidamente com a redução do contingente de trabalhadores no processo de trabalho, resultando numa produção industrial maior por meio da introdução de novas tecnologias no processo produtivo; na maior automatização e robotização do trabalho, culminando assim no crescimento acelerado das taxas de desemprego, dentre outros efeitos perversos para os trabalhadores. Segundo eles, a junção destes fatores vem provocando grandes transformações no mundo do trabalho, propiciando assim o surgimento de várias formulações que anunciam alguns tipos de fim, como o “fim” dos empregos, o “fim” da sociedade do trabalho, o “fim” da centralidade do trabalho na vida humana.

Reafirma-se aqui, o caráter ontológico do trabalho na medida em que este é o centro do processo de humanização do homem, sendo uma categoria intermediária entre o homem (social) e a natureza (animal). É no trabalho que ocorre a superação do comportamento biológico e da consciência como epifenômeno, ou seja, é ele que faz o homem expandir sua consciência do instinto ao social. Sendo assim, é a protoforma da práxis social, na medida em que é ele a primeira forma de práxis consciente, anterior a todas as outras demais categorias (linguagem, sociabilidade, liberdade, etc.).

Segundo Marx (1989), o trabalho tem um duplo caráter: o *trabalho concreto e trabalho abstrato*. O trabalho concreto se caracteriza pelo dispêndio de energia física e mental humana, tendo como fim a criação de valores-de-uso (produtos capazes de satisfazerem nossas necessidades, de nos ser útil, sendo, portanto necessário em qualquer sociedade), e o trabalho abstrato, que por sua vez, consiste no ato do indivíduo usar sua força de trabalho para um fim socialmente determinado que não a satisfação de suas necessidades (ao menos diretamente), mas de produção de valores -de- troca. Na lógica capitalista se dar ênfase à criação de valores- de- troca, a fim de se atingir as necessidades do capital de produzir e acumular riquezas, no entanto, sabe-se que essas riquezas produzidas pelos trabalhadores não são socializadas com estes, gerando desigualdades, que vem sendo cada vez mais aprofundadas com os novos processos de produção, acumulação e expansão do capital.

Embora o trabalho assuma diferentes configurações, ao longo da história da humanidade e da prevalência de modos de produção distintos (primitivo, asiático, feudal e burguês), daremos destaque a este último, o modo de produção burguês, na qual o trabalho perde sua dimensão de práxis para o trabalhador à medida que a finalidade ou

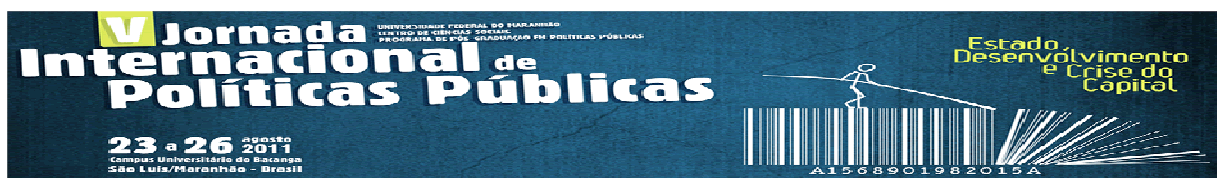


teleologia deste, bem como o seu produto, são definidos fora do sujeito que produz e é apropriado pelos detentores dos meios de produção, tornando o trabalho uma atividade alienante, mas fundamental à sobrevivência do trabalhador e sua família e à acumulação do capital.

Dentre os modelos de gestão e controle do trabalho, correspondendo a diferentes modelos de acumulação e regulação social, temos: o modelo fordista-taylorista, que será posteriormente substituído pelo atual modelo de acumulação, o toyotista. O primeiro inaugura uma nova cultura de trabalho, que tem a fábrica como ponto de partida, neste modo de produção verifica-se o esmagamento do operariado com a escravização do homem pela máquina, tornando o trabalho humano disciplinado e adaptado a ela, seus principais alicerces são: a produção em massa, com vista a reduzir o esforço humano a fim de aumentar a produtividade e diminuir custos em função do volume produzido; e a “Administração Científica”, de Frederick Wilson Taylor, que é um método científico e racional de organização que potencializa a execução das tarefas, a partir da rotinização e padronização das mesmas, criando uma visão sistêmica dentro da produção. A Administração Científica incorpora a formação de estoques, produção em série com o uso da esteira de produção, que tornava o trabalho especializado, repetitivo e monótono.

O modelo Fordista-Taylorista propiciou um crescimento extraordinário da produtividade, no entanto, o salário do operário não cresceu nas mesmas proporções, estas condições vão desembocar na crise de 1929, expressando a contradição entre a capacidade de produzir e de consumir da sociedade. Em resposta a crise, foi construído o Welfare State, que teve por base as idéias Keynesianas de intervenção estatal, com a associação de políticas econômicas e políticas sociais, como forma de aumentar a capacidade de consumo dos operários, o pacto interclasse (trabalhadores subordinados ao capital tendo em troca a concessão de benefícios) e o pleno emprego (estágio em que toda a população disponível ao trabalho estivesse executando uma função remunerada). Essa associação entre o fordismo-taylorismo e às políticas sociais do Welfare State superou a crise de 29 e deu origem à fase áurea do capitalismo.

A partir dos anos 70, a fase próspera do capitalismo começou a se esfacelar, ANTUNES (2002) nos apresenta os principais fatores que motivaram essa derrocada do capital: a queda da taxa de lucros, o esgotamento do padrão Taylorista-fordista de produção, hipertrofia do setor financeiro, crise do Welfare State, dentre outros. O



desencadeamento da crise estrutural do capitalismo faz com que este reorganize suas formas de produção, dando origem a um modelo de produção flexível, o Toyotismo, e aderindo ao modelo econômico neoliberal, que prevê o retraimento das funções do Estado.

Este novo modo de produção deu ênfase ao avanço tecnológico, a descentralização da gestão e da produção, ao trabalho em equipe, a produção flexível e heterogênea. O Toyotismo afetou e, muito, a vida dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito a suas formas de contratação, envolvimento e controle do trabalho; passou-se a exigir um profissional polivalente, criativo, com maior qualificação profissional. Nessa conjuntura, há uma redefinição do padrão de absorção da força de trabalho onde percebemos uma grande mobilidade do assalariamento legal e formal para o ilegal e informal, além do aumento do desemprego, do trabalho autônomo, e de outras “formas marginais de trabalho”, que acabam por ser vistas como uma alternativa ao desemprego, numa sociedade em que o emprego formal está escasso. As conseqüências desse processo são bem conhecidas: a precarização do trabalho; complexificação e fragmentação da classe operária, dificultando sua organização na luta contra o capital; o surgimento de uma nova pobreza, dentre tantas outras.

3- REFLEXOS DA REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

No Brasil, a situação não foi diferente, na década de 90 esse processo de reestruturação produtiva se articulou com a adesão das idéias neoliberais e com a abertura comercial, que não se mostrou favorável ao emprego nacional. Essa conjuntura, combina ao mesmo tempo um crescimento acentuado do desemprego, sem paralelo com qualquer outro período (gráfico 1) e ampliação do espaço da informalidade (tabela 1), sendo esta entendida, segundo o IBGE, como os empregados sem carteira, por conta própria, sem remuneração e os que trabalham para o próprio consumo.

Há uma nítida relação entre o aumento do desemprego e o aumento da informalidade, ao se verem excluídos do mercado formal de trabalho as pessoas se vêem obrigadas a procurar ocupações na informalidade, a fim de garantir sua sobrevivência e a de sua família, funcionando como uma espécie de estratégia ao desemprego, que na

maioria das vezes acaba por colocar estes indivíduos em situações de maior vulnerabilidade dados a qualidade, as condições de trabalho, aos salários oferecidos e a instabilidade característica deste tipo de ocupação. É regra entre os trabalhadores informais “não dispõem de cobertura de seguridade, nem de qualquer direito trabalhista que possam ampará-los e às suas famílias em situação de afastamento temporário ou definitivo do trabalho” (LIRA, 2008, p.149).

Gráfico 1: Evolução do índice de desemprego de 1980 – 1999



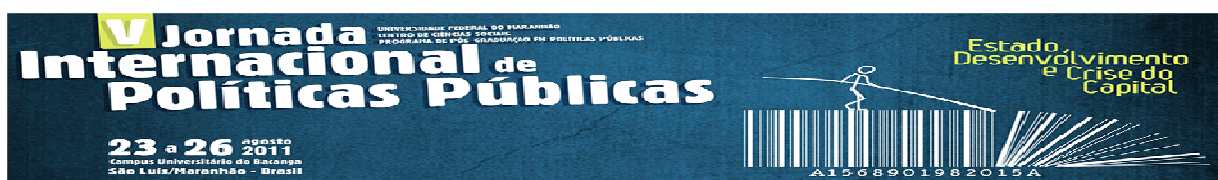
Fonte: Pochmann (2005 apud FONTINELE, 2009).

Tabela 1: Taxas de informalidade do trabalho no Brasil

Ano	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
%	32,5	557,9	58,0	51,6	57,0	57,0	55,1	55,1

Fonte IBGE/PNAD (apud FONTINELE, 2009)

De acordo com Lira (2008), se em outros períodos a informalidade era relacionada apenas as atividades de sobrevivência, na atualidade ela surge como fator vital ao capital, uma estratégia para rebaixar seus custos de produção, inserindo-se nas diversas áreas de trabalho e assumindo, muitas vezes, a ilusória imagem de opção de trabalho, associada ao empreendedorismo. No entanto, é importante ressaltar, que apesar da informalidade perpassar toda a população, ela atinge principalmente os pobres e as mulheres. No Brasil, conforme Lira (apud SALAMA; DESTREMAU, 2001, p.254) “os decis mais pobres concentram-se mais nos empregos informais que nos formais”, e até hoje os pobres e as mulheres são campeãs de informalidade e precariedade, sendo atingidos ainda por elevadas taxas de desemprego, o que nos permite afirmar que a precarização



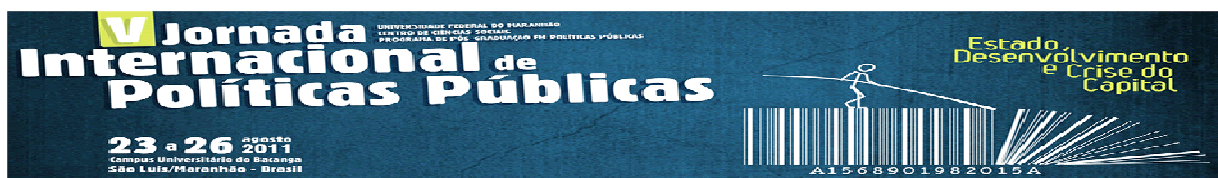
do mundo trabalho, impulsionada pelo processo de reestruturação está atingindo muito mais as mulheres trabalhadoras, que historicamente já se inserem em trabalhos marcados pela precariedade, ocasionando uma acentuação das já abissais desigualdades, sendo assim, elas merecem um olhar especial visto que compõem mais da metade da população mundial.

O trabalho na sociedade capitalista não apenas perde seu caráter de práxis, mas fundamentalmente reproduz desigualdades sociais e de gênero. A reestruturação produtiva aprofunda a divisão sexual do trabalho e a distinção entre trabalho masculino e feminino. Segundo Antunes (2002) os efeitos da reestruturação são a demanda e concentração do trabalho masculino em áreas de capital intensivo, com maquinaria informatizada, enquanto o feminino se concentra nas áreas mais rotinizadas, de trabalho intensivo, com menor qualificação e onde são mais constantes as formas de trabalho temporário, precário.

Essas determinações na realidade brasileira tendem a ampliar a inserção da mulher no mercado de trabalho, mas também reproduzir velhas e novas desigualdades, como sua concentração em trabalhos precários, em tempo parcial, que se soma a sua concentração no trabalho remunerado doméstico, agrícola e outros de nível manuais, onde predominam baixos salários e péssimas condições de trabalho.

4- CONCLUSÃO

É inegável os perversos efeitos da reestruturação produtiva e do novo padrão de incorporação da força de trabalho, desencadeado na década de 90, sobre o operariado e suas famílias, diante desse fato é possível apreender a crescente inserção das mulheres no mundo do trabalho e a conseqüente participação delas na composição dos rendimentos familiares, como forma de enfrentar o desemprego e a queda nos rendimentos do trabalho impostos pela recorrente precarização do trabalho e como tentativa de manter a renda familiar, porém mesmo com a sua inserção no mercado, nem sempre é possível manter os rendimentos familiares em seus níveis anteriores, mas graças aos reflexos desse processo de reestruturação, elas vêm assumindo cada vez mais um papel central na provisão da família, seja como provedora parcial ou total das



necessidades do lar, de forma a afirmar cada vez mais sua competência, mesmo numa conjuntura adversa e desigual na qual estão inseridas.

Com os atuais imperativos do ideário neoliberal, que desresponsabiliza cada vez mais o Estado da provisão do bem-estar da população, a situação dos nossos trabalhadores se torna mais precária e alarmante, com o aumento do desemprego, diminuição dos salários, o aumento da pobreza e simultânea redução dos recursos do Estado.

Diante disso, é necessário e urgente que se construam políticas públicas que se comprometam com a garantia dos direitos trabalhistas, que regulamentem ou extinguem essas 'formas marginais de trabalho' e que proporcionem oportunidades decentes de trabalho para a população, a fim de viabilizar condições de vida dignas para nossos trabalhadores e suas famílias.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2002.

FERREIRA, A. B. de H. *O minidicionário da língua portuguesa*. Rev. Ampliada, 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FONTINELE, I. C. Famílias nas novas dinâmicas sociais. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luís, 2009. CD-RUM.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, vol.I, 1989.

LIRA, I. C. D. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: YASBEK, M. C.; SILVA, M. O. da S. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2 ed.; São Luis, MA: FAPEMA, 2008.